



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

106

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0007613-40.2011.8.17.0001 (331887-6)

APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: ADRIANA LIMA CAVALCANTE

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

EMENTA: Direito Administrativo. Agravo. Apelação Cível. Ação de Indenização. Servidor Público. Cargo Comissionado. Exoneração. Indenização das Férias proporcionais. Incidência do Art. 108-A do Estatuto do Funcionário Público do Estado de Pernambuco. Precedentes jurisprudenciais. Recurso a que se nega provimento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao recurso, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 26 de setembro de 2014.

Des. ANDRÉ Oliveira da Silva GUIMARÃES
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

107
[assinatura]

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0007613-40.2011.8.17.0001(331887-6)

APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: ADRIANA LIMA CAVALCANTE

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de agravo legal interposto contra a decisão terminativa (fls. 90/94) da minha lavra que, constatando estar a sentença proferida na Ação de Indenização nº 0007613-40.2011.8.17.0001, em harmonia com a jurisprudência dominante do STF quanto a indenização à servidor ocupante de cargo comissionado das verbas relativas ao período de férias, negou seguimento ao recurso de Apelação Cível com fulcro no art. 557 do CPC.

Em suas razões alega que a autora gozou as férias relativas ao período requerido, sendo expressamente proibido o pagamento nos termos da Constituição Estadual(Art. 131, § 7º, II). Ao final, requer o provimento do recurso para que seja reformada a decisão.

É o relatório.

VOTO

De logo, anoto que os argumentos expendidos no presente agravo legal não me persuadem a refluir da posição adotada na decisão ora combatida, porquanto inteiramente rechaçados por esta.

Por oportuno, trago à baila o inteiro teor da decisão fustigada:

Trata-se de recurso de Apelação Cível interposto pelo Estado de Pernambuco em face da sentença proferida na Ação de Indenização proposta por Adriana Lima Cavalcanti, que julgou procedente em parte o pedido para condená-lo a pagar à autora as férias proporcionais relativas ao período 2006/2007, em um total de R\$ 5.383,77 (cinco mil, trezentos e oitenta

[assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

108

[Assinatura]

e três reais e setenta e sete centavos), além dos honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 700,00 setecentos reais). (fls. 62/63)

Pugna o apelante pela reforma da sentença alegando que a autora/apelada já gozou as férias relativas ao período referido, conforme as informações constantes às fls. 19. Afirma, ainda, que o artigo 131, § 7º, inciso III da Constituição do Estado de Pernambuco, veda o pagamento de férias não gozadas aos servidores públicos. (fls. 66/69)

Intimada para apresentar contrarrazões (fls.117), pugnou a agravada pela manutenção da sentença (fls. 119/122).

Cota da douta Procuradoria de Justiça abstendo-se de oferecer parecer por inexistir interesse público a reclamar a intervenção ministerial (fls.134).

É o Relatório. Decido.

Restou comprovado nos autos que a autora/apelada foi nomeada para o cargo comissionado de Gerente de Jornalismo da Secretaria Executiva de Comunicação do Gabinete Civil do Estado de Pernambuco em 28.02.2003, através do Ato nº 416 publicado em 28.02.2003 e, exonerada do mesmo cargo através do Ato nº 062, publicado em 04.01.2007. (fls.19)

No entanto, alega a apelada que ao receber sua verba indenizatória, o apelante não quitou as férias proporcionais do último período trabalhado.

Conforme as informações constante nos autos (fls.19), é incontroverso que a apelada gozou férias em março de 2004, referente ao período aquisitivo de 28.02.2003 a 27.02.2004; férias em janeiro de 2005, referente ao ano de 2004 e férias de janeiro de 2006, referente ao ano de 2005. Restando, portanto, a

[Assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

109

indenização das férias proporcionais de 28.02.06 à 01.01.2007.

Na hipótese, aplica-se o art. 108-A da Lei nº 6123/681¹:

Art. 108-A. O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, nos termos do art. 82, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício, ou fração superior a 14 (quatorze) dias. (Acrescido pelo art. 20 da Lei Complementar nº 49, de 31 de janeiro de 2003, com redação dada pelo art. 21 da Lei Complementar nº 78, de 18 de novembro de 2005.)

Parágrafo único. A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato de exoneração. (Acrescido pelo art. 20 da Lei Complementar nº 49, de 31 de janeiro de 2003, com redação dada pelo art. 21 da Lei Complementar nº 78, de 18 de novembro de 2005.)

Nesse sentido é a jurisprudência do STJ:

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. FÉRIAS. EXONERAÇÃO. PERÍODO NÃO USUFRUÍDO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. SEGURANÇA CONCEDIDA.

I - O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias.

II - In casu, a impetrante trouxe 24/12 (vinte e quatro e doze avos) de férias adquiridos no órgão de origem e devidamente averbados nos seus assentamentos funcionais, mais 235/12 (duzentos e trinta e cinco doze avos) relativos ao tempo de efetivo exercício do cargo em comissão no extinto TFR e, posteriormente, neste e. STJ. Como efetivamente gozou 240/12 (duzentos e quarenta doze avos), remanesce saldo de

¹ Estatuto do Funcionário Público do Estado de Pernambuco



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

110
[assinatura]

19/12 (dezenove doze avos) de férias indenizáveis, eis que impossibilitado o gozo diante da exoneração da impetrante. Segurança concedida.(MS 14.681/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 06/10/2010, DJe 23/11/2010)(g.n)

Servidora pública estadual. Exoneração. Férias não gozadas. Indenização. Mandado de segurança. Cabimento. Inúmeros precedentes. Agravo regimental improvido. (AgRg no AgRg no Ag 1095084/GO, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEXTA TURMA, julgado em 02/02/2010, DJe 03/05/2010)

No mesmo sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça:

EMENTA: DIREITOS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CARGO COMISSIONADO. EXONERAÇÃO. FÉRIAS NÃO GOZADAS: PAGAMENTO ACRESCIDO DO TERÇO CONSTITUCIONAL. PREVISÃO CONSTITUCIONAL DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EM LEI. JURISPRUDÊNCIA DESTES SUPREMO TRIBUNAL. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. O direito individual às férias é adquirido após o período de doze meses trabalhados, sendo devido o pagamento do terço constitucional independente do exercício desse direito. 2. A ausência de previsão legal não pode restringir o direito ao pagamento do terço constitucional aos servidores exonerados de cargos comissionados que não usufruíram férias. 3. O não pagamento do terço constitucional àquele que não usufruiu o direito de férias é penalizá-lo duas vezes: primeiro por não ter se valido de seu direito ao descanso, cuja finalidade é preservar a saúde física e psíquica do trabalhador; segundo por vedar-lhe o direito ao acréscimo financeiro que teria recebido se tivesse usufruído das férias no momento correto. 4. Recurso extraordinário não provido.(RE 570908,

[assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

111
[assinatura]

Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 16/09/2009, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-045 DIVULG 11-03-2010 PUBLIC 12-03-2010 EMENT VOL-02393-04 PP-00872 RJTJRS v. 46, n. 279, 2011, p. 29-33)

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CARGO COMISSIONADO. EXONERAÇÃO. FÉRIAS NÃO GOZADAS E CONVERSÃO EM PECÚNIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 570.908-RG, sob a relatoria da Ministra Cármen Lúcia, firmou o entendimento de que servidor público estadual, ocupante de cargo comissionado, após a sua exoneração, faz jus ao recebimento em pecúnia, acrescido do terço constitucional, das férias não gozadas. Esta Corte reafirmou esse entendimento ao julgar o ARE 721.001-RG, sob a relatoria do Ministro Gilmar Mendes, assentando a vedação de enriquecimento ilícito pela Administração. Agravo regimental a que se nega provimento. (AI 813805 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 27/05/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-123 DIVULG 24-06-2014 PUBLIC 25-06-2014)

Assim, não tendo o Estado apelante comprovado o pagamento das férias proporcionais ao último período trabalhado pela apelada, a mesma faz jus ao pagamento da indenização relativa às férias proporcionais em 10/12 (dez doze avos), acrescidas do terço constitucional, devidamente corrigido.

Por todo o exposto, com fulcro no art. 557 do CPC, **NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO** mantendo a sentença em seu inteiro teor.

Publique-se."



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

112
top.

Ante o exposto, à míngua de motivo suficiente para refluir da decisão vergastada, mantenho-a, ao tempo em que NEGO PROVIMENTO ao presente recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 26 de setembro de 2014.


Des. André de Oliveira da Silva Guimarães
Relator